



GRUPO DE TRABALHO GEOGRAFIA URBANA – GT de Urbana

No período de 22 a 25 de julho de 2009, nas dependências da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, durante o X Encontro Regional de Estudos foram realizadas discussões a cerca da problemática urbana do nordeste e do Brasil.

O Grupo de trabalho foi coordenado pelas seções locais Recife e João Pessoa. E o texto construído como proposta do grupo foi coletivamente elaborado com os participantes presentes e teve como base o documento construído no XVI ENG.

OBSERVAÇÕES:

- Cabe ao geógrafo ir além do planejamento e propor também a discussão junto aos movimentos sociais.
- Possibilidade de geógrafo atuar de diferentes formas.
- Planos diretores, mesmo que com participação popular não barram a especulação imobiliária, a exemplo dos "loteamentos fechados" em desobediência a legislação.
- Participação da AGB em Conselhos.
- A AGB é um pilar de referência. Somos importantes e devemos nos colocar no espaço político. Participar das Conferências das Cidades. Atuar.
- A AGB deve articular a produção de conhecimento para fora da academia, levando-o para a sociedade.

PROPOSTAS:

Considerando a história da AGB na Luta pela Reforma Urbana e a necessidade de encontrar formas de socializar e informar sobre os conflitos da luta pela terra urbana, o Grupo de trabalho após os debates sobre as questões que dizem respeito à Reforma Urbana apresenta as seguintes propostas:

1- Criar ou retomar a Comissão de Urbana nas locais

a) Quando não existir comissão estimular os agebeanos de seções locais interessados no tema para troca de informações;

b) os participantes do Grupo de Trabalho já se colocam a disposição com seus e-mails para as primeiras trocas de informações;

c) dada a dificuldade da AGB se manifestar frente a vários temas locais e regionais, as Comissões de Urbana podem agilizar informações para tomada de posições da AGB- (Local e nacional);

d) estabelecer ligação e formas de debates com os que atuam no Fórum da Reforma urbana nos estados, regiões, nacional.

e) estabelecer diálogo com os Geógrafos/AGB Conselheiros nacionais, estaduais e municipais;

f) incentivar a participação e debate nas conferências municipais, estaduais e nacional das Cidades;

2- PLANEJAR oficinas para os agebeanos e comunidades interessadas no tema visando o efeito multiplicador;

3- Sobre a Abordagem do Espaço Urbano nos Livros Didáticos de Geografia

A crítica relacionada à abordagem do espaço urbano nos livros didáticos está relacionada a forma descontextualizada e distorcida normalmente encontrada, que inclusive nega ou não aborda a importância da participação da sociedade na definição e organização dos espaços urbanos, na correlação de forças entre as classes sociais. O estudo dos espaços urbanos necessita deste enfoque, tendo em vista o fortalecimento da participação dos sujeitos na construção e definição das políticas de desenvolvimento urbano voltada a população. É necessário também que haja a inserção no estudo dos espaços urbanos de conteúdos que abordem a legislação que estabelece regras de uso do espaço urbano, como o Plano Diretor/Estatuto da Cidade.

Colocamos como questão interferir para que os Livros Didáticos tenham conteúdo relacionado ao espaço urbano e indicar o significado e o sentido da Reforma Urbana e da Luta pelo Direito à Cidade.

Também é importante lembrar que na produção do espaço urbano, muitos bairros, principalmente, os novos loteamentos possuem

apenas a escola como equipamento público, portanto, único espaço em que a política pública como serviço acessível às camadas populares se cumpra.

4 – Recomenda-se ao Representante da AGB nos Conselhos Estaduais das Cidades que interceda junto as secretarias de educação em favor da inclusão no Conselho de Educação, visando obter uma forma de atuação integrada entre a Educação e a luta pela Reforma Urbana e Direito à Cidade;

OUTRAS QUESTÕES QUE ESTÃO RELACIONADAS A REFORMA URBANA

5 – Incentivar o debate sobre as “regiões” metropolitanas e a falta de elementos que permitam pensar o espaço urbano na dimensão dos cidadãos que moram nas regiões metropolitanas;

6- Incentivar o debate para a articulação das problemáticas ambientais e urbanas em especial em relação as APPs de ocupação consolidada.

7- manifestar-se sobre a PEC 53 de 2007 que revoga o Instituto de Terras de Marinha e seus acréscimos. Está em debate no Conselho das Cidades e espera-se que as entidades se manifestem (atenção para a passagem do domínio dos terrenos para estados e municípios, foreiros, concessionários, locatários e arrendatários). Debater e construir alternativas ao Projeto Orla que vem sendo executado nas cidades litorâneas do Nordeste.

Algumas especificidades e observações a cerca da realidade do Nordeste

a) Políticas públicas no território, relação campo e cidade no Nordeste, diferente da realidade do Sul e Sudeste.

b) Atuação dos geógrafos, bacharéis e licenciados, nas políticas públicas para o Espaço urbano, relação AGB-CREA

c) As dinâmicas urbanas informais nas cidades do Nordeste são mais intensas devido à pobreza, a necessidade de sobrevivência. O plano diretor, como política definidora e territorial, não dar conta dos usos do espaço urbano, principalmente para os mais excluídos. Questões relacionadas ao comercio informal, em áreas centrais.

d) Grande parte dos planos diretores no Nordeste não foram executados e quando são questionam-se a forma que são elaborados, principalmente nos municípios menores. Alerta que os

planos diretores nas cidades do interior do nordeste estão baseados nos planos das cidade maiores, distanciando assim o planejamento da realidade local.

e) Recomendações sobre as políticas de transporte público para cidades do interior do nordeste. A utilização de Motos como meio de transporte e suas repercussões na política de saúde SUS.

f) Construção participativa de uma política norteadora para o transporte público para as cidades do nordeste.

g) Crescimento da violência nas cidades de "porte médio do nordeste"

h) Aprofundamento da discussão das questões relacionadas a Reforma Urbana em um encontro envolvendo as AGB'S.

i) Projeto Orla como uma questão pertinente ao debate da reforma urbana.

j) Necessidade de políticas de geração de emprego e renda como forma de diminuir a exclusão social e a segregação, de maneira a garantir as especificidades da cultura local.

l) Recomendações a respeito da participação dos geógrafos nos processos de planejamento (PD, PPA, LOA, LDO e OP).

m) Recomendação para o envolvimento dos geógrafos nos espaços de participação política a fim de materializar a idéia do "Direito a cidade".